

ATA DA 62ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2006/2007

Aos trinta e um dias do mês de agosto do ano dois mil e sete, na sala de reuniões da CGA - Rua Boa Vista, nº 103, 7º andar, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, sob a Presidência inicial do Senhor Corregedor Geral do Estado, Carlos Weis, seguida do Senhor 1º Subdefensor-Geral Renato Campos Pinto de Vitto. Presentes os (as) Conselheiros (as) Carlos Henrique Acirón Loureiro, Daniela Sollberger Cembranelli, Antonio José Maffezoli Leite, Wagner Giron de La Torre, Roque Jerônimo Andrade, Vitore André Zílio Maximiano, Franciane de Fátima Marques, Willian Fernandes e Noadir Marques da Silva Junior. Ausente justificadamente o Conselheiro Victor Hugo Albernaz Junior. Deu-se início aos trabalhos às 09h30min. Instalada a sessão, o Presidente do Conselho justificou aos Conselheiros a ausência da Dra. Cristina, por estar em um Evento do CONDEGE. O Presidente falou da proposta de criação da Comissão para Estudo de Melhorias de Execução Penal e do anúncio de implementação do programa de segurança pública do Governo Federal - Pronasci. Falou da insistência do Ministério Público em acabar com o Indulto de Natal dos presos. Passou-se ao momento aberto. A Sra. Ângela Mendes de Almeida do Observatório das Violências Policiais de São Paulo. Falou da Comissão dos Desaparecidos. Falou sobre a problemática de seqüestro nas detenções, há anos atrás, para países onde os presos eram torturados e desapareceram. Falou da necessidade por parte das famílias de encontrarem as ossadas. Solicitou ajuda à Defensoria Pública e acompanhamento. Falou da Comissão de Averiguação e Análise criada pelo Governo Lula. O Presidente Carlos Weis agradeceu a presença e parabenizou pelo trabalho. Falou da importância desta atuação. Colocou a Defensoria Pública através do Núcleo de Direitos Humanos à disposição. O Conselheiro Willian manifestou-se a respeito e solicitou atenção. O Presidente passou a palavra para Dr. Davi Depiné. Informou a situação da PEC 487. O Conselheiro Carlos Weis relatou as medidas que está tomando para solução dos problemas relativos ao Convênio Funap. Assumindo a presidência o 1º Subdefensor Público-Geral, Renato De Vitto comunicou a reunião do 3º Subdefensor com técnico do TCE, em continuidade com a reunião da semana passada da Defensora Geral e como Presidente do TCE, relatando o conteúdo da reunião. Com relação à PEC 487, informou que a proposta de substitutivo (PEC 177) foi apensada àquela proposição original, relatando as possíveis ações a serem adotadas pelo CONDEGE diante desta nova situação. Informou que o maior ponto de resistência em relação à proposição original seria a nova feição conferida à Defensoria Pública da União. Noticiou a assinatura de Convênios com a Secretaria de Estado da Justiça e Defesa da Cidadania para atuação da DP nos Centros de Integração de Cidadania - CIC's e no programa de apoio à vítima CRAVI. Prestou informações sobre as liminares concedidas sobre os II Concurso para Ingresso na Carreira. Falou da situação do Convênio Funap, informando que haverá reunião para tratar do assunto. O Presidente passou a palavra aos Conselheiros. O Conselheiro Carlos Weis manifestou-se a respeito. Falou da fase de transição da Defensoria Pública e que agora é hora de pensar na fase de crescimento. O Conselheiro Noadir manifestou-se sobre o Convênio e sobre os 100 cargos citados pelo Conselheiro Carlos Weis nos planos de expansão da carreira. Falou sobre a preocupação acerca das atribuições funcionais. Manifestou sua preocupação com relação à falta de equipamento de informática,


MSJ

at

W

W

principalmente agora com a entrada de novos colegas. Solicitou urgência, visto que não há tempo para aguardar o processo licitatório. Informou o problema que tem com relação ao serviço de malote. Demonstrou preocupação com o contrato relativo aos estagiários de administração da Fundap. O Conselheiro Vitore prestou informes sobre a realização do Pregão Presencial para adquirir equipamentos de informática. Informou que haverá uma solução antes da entrada dos novos colegas. Noticiou que em breve será solucionada a questão dos malotes. Sobre os estagiários da Fundap, informou que o concurso público para contratar os estagiários ainda não foi realizado, estando em andamento. Informou que esteve ontem na Unidade de Guarulhos e relatou a situação da regional. Comunicou que segunda-feira estarão ele, a Defensora Geral e o Engenheiro nas unidades do ABC. Manifestou-se sobre a questão do Convênio da Funap. Informou sobre o andamento da PEC. O Presidente informou reunião com a equipe de consultoria da CTI sobre a estruturação de rede lógica e elétrica para acesso à internet. Informou que estão trabalhando para implementar rede de categoria 6, que é a mais eficiente. Prestou informações ao Conselheiro Noadir sobre os equipamentos de informática. O Presidente passou a palavra ao Conselheiro Antonio. Prestou informações quanto ao Projeto do Quadro de apoio. Informou que provavelmente a semana que vem o Projeto chega ao Governador. Informou o andamento do Projeto Remuneratório e de utilização do FAJ. O Presidente passou a palavra a Conselheira Daniela, que noticiou o apoio de Deputados ao Projeto de revisão remuneratória e de implementação do quadro de apoio. Manifestou-se a respeito do Convênio da Funap. Solicitou cautela. Informou as possibilidades do julgamento da Adin. O Presidente passou a palavra à Conselheira Franciane que manifestou-se sobre a Funap. Leu manifestação sobre o número de Defensores Públicos que a Defensoria vai ter e distribuição de vagas. O Conselheiro Noadir justificou a ausência do Conselheiro Victor Hugo. O Presidente passou a Ordem do dia. CSDP 007/07. Versa sobre o II Concurso para Ingresso na Carreira. O Presidente explicou a nova lista final que deverá ser homologada. Após discussão foi aprovado por unanimidade, impedidos os Conselheiros Antonio José Maffezoli Leite, Carlos Henrique Acirón Loureiro, Carlos Weis, Daniela Sollberger Cembranelli, Franciane de Fátima Marques, Vitore André Zílio Maximiano e Wagner Giron de La Torre. O Presidente solicitou aos Conselheiros Vitore e Antonio que expliquem o critério de distribuição de vagas. O Conselheiro Vitore informou a agenda para definição destas vagas, incluindo pedido de remoção, recurso e distribuição das vagas. Informou data, horário e local da posse. O Presidente colocou em discussão a agenda que foi aprovada. O Presidente prestou informações sobre a remoção interna a pedido da carreira. O Presidente solicitou ao Conselheiro Vitore que leia os atos que serão publicados amanhã, sobre os cargos e a remoção. O Conselheiro Vitore explicou os atos, solicitando aos Conselheiros que opinem sobre como deve ser feita a remoção interna, de Unidade para Unidade, de modo a preservar a inamovibilidade. O Presidente passou a palavra do Conselheiro Noadir. Manifestou-se a respeito das remoções internas. Solicitou consenso para solucionar esta questão. O Conselheiro falou da garantia da inamovibilidade, da remoção interna e externa. Citou o artigo 106 da lei 988/06. O Conselheiro Roque manifestou-se a respeito. Solicitou que seja efetuada uma remoção geral. O Conselheiro Noadir explicou que não há definição sobre atribuição funcional. O Conselheiro Vitore falou da problemática que afetaria as varas criminais singulares da Capital. O Conselheiro Carlos Weis falou da necessidade de criar divisão das unidades nas regionais. O Presidente passou a palavra para a Conselheira Daniela, que sugeriu seja fosse feita a escolha por um concurso geral e sua interpretação sobre a garantia da inamovibilidade. O Presidente passou



a palavra a Conselheira Franciane. Sugeriu que primeiro sejam definidas as atribuições funcionais antes de se discutir a garantia da inamovibilidade. O Presidente informou que não há tempo para esta definição. O Conselheiro Vitore leu o ato. O Presidente colocou em votação. Aprovado ato sobre a remoção. O Conselheiro Vitore informou as vagas em aberto na 2ª subdefensoria. Explicou o critério de distribuição destas vagas. O Conselheiro Antonio informou as vagas em aberto na 3ª subdefensoria. Explicou o critério de distribuição destas vagas. O Presidente passou a palavra para a defensora Amanda. Fez comparação à atuação da Capital com a atuação da Defensoria no Interior. O Conselheiro Noadir manifestou-se, citando a problemática da unidade de Vila Mimosa. Levantou a problemática de afastamento de colegas. Solicitou mais um colega na Regional de Campinas. O Conselheiro Wagner solicitou a solidificação do interior, visto que o maior gasto do FAJ é no interior. Aumentando as vagas, diminuiria o gasto do FAJ. O Conselheiro Vitore questionou solução para Vila Mimosa e Pinheiros. A Conselheira Franciane colocou a questão dos plantões da VEC. O Conselheiro Carlos Weis solicitou à Conselheira Franciane que seja feito o pedido formalmente. O Presidente encaminhou para votação o sacrifício de uma das unidades para cobrir Vila Mimosa, sendo necessário a indicação da vaga a ser sacrificada. Ratificada a proposta de distribuição de vagas apresentada pelos subdefensores, visto que não aprovaram o sacrifício para Vila Mimosa. O Presidente passou para a discussão e votação da indicação da nova diretoria para a EDEPE, visto que na última sessão a atual diretora pediu exoneração. Questionou se o Conselho deve primeiramente consultar a pessoa a ser indicada. O Conselheiro Carlos Weis é favorável à sabatina. O Presidente abriu discussão à sugestão de nomes para se indicar. A Conselheira Franciane opinou por Gustavo Junqueira. O Presidente consultou o mesmo sobre seu interesse. O Defensor Gustavo Junqueira manifestou-se a favor da indicação. O Conselheiro Willian questionou se há impedimentos por Gustavo ser Professor de cursos jurídicos. O Conselheiro Vitore enalteceu a indicação e opinou que não vê incompatibilidade do cargo de direção da EDEPE com o de Professor de Cursos. O Conselheiro Wagner questionou se Dr. Gustavo assumiria até maio do ano que vem, pois até lá não há previsão de concurso da Defensoria Pública. O Conselheiro Noadir opinou que deve ser iniciado um novo mandato. A Conselheira Daniela questionou sobre o Dr. Gustavo ministrar aulas na Escola do Ministério Público e se haveria alguma incompatibilidade. Dr. Gustavo esclareceu que é Professor de pós-graduação da Escola do Ministério Público e não de formação de Promotores Públicos. O Conselheiro Carlos Weis agradeceu a presença do Dr. Gustavo nesta sessão. Elogiou a indicação do nome. Relatou a preocupação do andamento do segundo curso preparatório dos defensores que serão empossados em setembro. Solicitou que seja feito ao Conselho Superior relatos periódicos dos trabalhos feitos pela EDEPE. O Conselheiro Antonio agradeceu a presença de Dr. Gustavo e ratificou o que já foi dito por outros Conselheiros, que a escolha do nome foi perfeita. Ratificou o que foi dito por Carlos Weis com relação à comunicação da EDEPE com o Conselho. O Conselheiro Roque concordou com a escolha de Dr. Gustavo para o cargo. A Conselheira Franciane falou da suposta incompatibilidade do cargo de direção da EDEPE com o de Professor de cursinho e manifestou-se a respeito de ser Professor na Escola do Ministério Público. Informou que é professora da Escola da Polícia Militar. O Presidente solicitou a votação para excetuar à pauta o processo 1069/07 – Excetua à pauta. Versa sobre pedido de afastamento do Defensor Flávio Américo Frasseto para participação do Curso de Protección Jurisdiccional de Los Derechos Del Nino para Jueces, Fiscales Y Abogados Del Cono Sur, no período de 10 à 14 de setembro de 2007. A relatora

MSJ

at

→

AK

Franciane leu seu relatório e voto. Aprovado por unanimidade o pedido de afastamento do proponente. O Presidente passou a palavra ao Dr. Gustavo para falar das idéias com relação ao curso dos novos. Dr. Gustavo prestou esclarecimentos. O Presidente colocou em discussão sobre a provável incompatibilidade do colega com o cargo de direção, tendo sido encaminhado que, na hipótese de abertura de novo concurso, Conselho deverá voltar a discutir o assunto. O Presidente indagou aos outros Conselheiros se haveria outro nome. Citaram Dra. Mônica de Melo, que não teria, por ora, interesse na indicação. O Conselho aprovou por unanimidade, a indicação do Defensor Público Gustavo Junqueira para o Cargo de Direção da Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. O Presidente propôs uma Moção de elogio para a Presidente da Comissão do II Concurso de Ingresso na Carreira. Aprovado. Paasou-se à discussão do processo CSDP n°. 985/07. Interessada: Daniela Sollberger Cembranelli. Assunto: Propõe alteração das deliberações da CSDP 26/06 e 30/07 para provimentos de estagiários nos Núcleos Especializados de Segunda Instância. O Conselheiro relator Vitore leu a redação da proponente com relação a Convênios. Leu seu voto. Aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar proposta de alteração do artigo 26/06 para provimentos de cargos de estagiários nos Núcleos Especializados de Segunda Instância. CSDP n°. CSDP 592/07. Interessado: Carlos Weis. Assunto: Propõe a alteração da deliberação 27/07 para controle de comparecimento dos Defensores Públicos afastados para participação de cursos e permissão de providências pela Corregedoria. O Conselheiro relator Vitore passou a palavra ao Proponente que apresentou nova proposta. Aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator aprovar proposta de edição de deliberação dispondo sobre o modo de controle de comparecimento dos Defensores Públicos afastados nos termos da Deliberação 27/07. CSDP n°. 1007/07. Interessado: Renato Campos Pinto De Vitto. Assunto: Propõe Deliberação para regulamentar mecanismo de monitoramento e avaliação dos enunciados nas Pré-Conferências e Conferência Estadual. Concedida vista ao Conselheiro Noadir Marques da Silva Junior. CSDP n°. 1027/07. Interessada: Viviane Remondes Caruso. Assunto: Recurso face ao resultado final obtido no II Concurso. O Conselheiro relator Noadir leu seu relatório e voto. O Conselho Superior da Defensoria Pública DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, não conhecer o pedido. Impedidos os Conselheiros Antonio José Maffezoli Leite, Carlos Henrique Acirón Loureiro, Carlos Weis, Daniela Sollberger Cembranelli, Franciane de Fátima Marques, Vitore André Zílio Maximiano e Wagner Girón de La Torre. CSDP n°. 1041/07. Interessada: Thaís de Campos. Assunto: Pedido de reconsideração da nota atribuída ao título apresentado. O Conselheiro relator Noadir leu seu relatório e voto. O Conselho Superior da Defensoria Pública DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, não conhecer o pedido. Impedidos os Conselheiros Antonio José Maffezoli Leite, Carlos Henrique Acirón Loureiro, Carlos Weis, Daniela Sollberger Cembranelli, Franciane de Fátima Marques, Vitore André Zílio Maximiano e Wagner Girón de La Torre. Não havendo mais processos a serem relatados na Ordem do Dia, a Senhora Presidente deu por encerrada a sessão. Eu, Andréa Silva Britto Diretora de Divisão, lavrei esta ata, que será objeto de aprovação na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo, trinta e um de agosto de 2007.





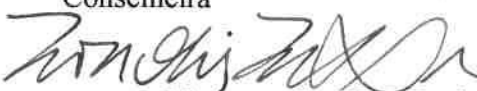
Renato Campos Pinto de Vitto
Presidente



Carlos Weis
Conselheiro



Daniela Sollberger Cembranelli
Conselheira



Noadir Marques da Silva Junior
Conselheiro



Vitore André Zilio Maximiano
Conselheiro



Willian Fernandes
Conselheiro




Antonio José Maffezoli Leite
Conselheiro



Carlos Henrique Acirón Loureiro
Conselheiro



Franciane de Fátima Marques
Conselheira



Roque Jerônimo Andrade
Conselheiro



Wagner Giron de La Torre
Conselheiro